

Ano XIV nº 4291 – 14 de fevereiro de 2012

BB fecha 2011 com lucro de R\$ 12,1 bilhões

O Banco do Brasil anunciou nesta terça-feira, dia 14/02 ter registrado lucro líquido de R\$ 12,1 bilhões em 2011, crescimento de 3,6% em relação a 2010.



O desempenho corresponde a retorno anualizado sobre o patrimônio líquido (RSPL) de 22,4%. O resultado recorrente alcançou R\$ 11,8 bilhões, evolução de 10,2% sobre o ano anterior.

A carteira de crédito em conceito ampliado, que inclui garantias prestadas e os títulos e valores mobiliários privados, somou R\$ 465,1 bilhões em 2011, evolução de 19,8% em 12 meses.

De acordo com a instituição financeira, a expansão da carteira de crédito aconteceu, principalmente, por conta do crescimento das concessões para financiamento ao consumo, micro e pequenas empresas, agronegócio e o crédito no exterior.

Os ativos totais do Banco do Brasil fecharam dezembro em R\$ 981,2 bilhões, aumento de 21% em relação a dezembro de 2010 e de 3,3% sobre o final do trimestre anterior. O patrimônio líquido cresceu 15,8% e ficou em R\$ 58,416 bilhões.

Presidente quer coibir ganho excessivo de bancos

As altas taxas de juros cobradas pelos bancos entram na mira da Presidente Dilma Rousseff. Em reuniões com a equipe econômica, ela tem dito que não vê justificativa para que o custo dos empréstimos ainda se mantenha tão elevado no Brasil, especialmente num momento em que o Banco Central (BC) está reduzindo a Taxa Selic. Por isso, a Presidente já encomendou aos técnicos um estudo sobre a composição do spread (diferença entre o que o banco paga para captar dinheiro e quanto ele cobra para emprestar) e o que pode ser feito para que ele seja reduzido. O pedido vem num momento em que os bancos batem recordes de lucros.

Como o BC já sinalizou que vai manter as taxas básicas de juros em queda (hoje estão em 10,5% ao ano), deixando-as mais próximas do padrão internacional, estaria na hora de pressionar as instituições financeiras a baixarem o que cobram tanto de empresas quanto de pessoas físicas, especialmente nos cartões de crédito. O maior acesso da população ao crédito é uma das armas com as quais o governo conta para turbinar a atividade econômica em 2012.

Os técnicos admitem que os bancos são obrigados a considerar no cálculo do spread seus custos com uma carga tributária alta e também com inadimplência, mas também lembram que a margem de lucro dessas instituições não é pequena. Dados do BC consolidados pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) mostram que a inadimplência dos clientes responde por 30% do spread no país. Os impostos diretos equivalem a pouco mais de 20%, enquanto a margem líquida de lucro mais erros e omissões está em 32%.

Empresas são autuadas por falhas no SAC

O Procon-SP informou ontem, dia 13/02, que autuou 53 empresas por causa do descumprimento das regras do SAC (Serviços de Atendimento ao Consumidor). As firmas podem receber multas que vão de R\$ 400 a R\$ 6 milhões, além do risco de suspensão temporária das vendas dos serviços. Os fiscais checaram os serviços prestados por companhias dos setores aéreo, bancário, financeiro, energia elétrica, remessa de cargas, correspondências, transporte rodoviário, telefonia, TV por assinatura, planos de saúde e de seguros.

A monitoração foi feita no atendimento do SAC em 78 empresas e encontrou, ao menos, uma “pegadinha” para os clientes. Algumas firmas destacam, no material de divulgação ou na própria fatura, um número de telefone comum com o qual o consumidor pode fazer sugestões ou reclamações, mas, no caso de haver negligência ou demora no atendimento, a empresa não é autuada, já que o consumidor não está usando o número do SAC. Os Bancos que se destacaram foram: Itaú Unibanco, Santander e Bradesco.

Gasto com material escolar poderá ser deduzido do IR

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 2988/11, do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), que autoriza o contribuinte pessoa física a deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPF) o valor gasto com a compra de material escolar para uso próprio ou de dependentes.

De acordo com o projeto, poderá ser deduzido com material escolar até 25% do limite anual de dedução das despesas com educação. No ano-calendário de 2012, esse percentual corresponderia a R\$ 772,84, já que o limite anual de dedução para despesas com educação é de R\$ 3.091,35.

Segundo a proposta, o Poder Executivo editará regulamento para definir as condições para a dedução, como o tipo e a quantidade por item de material escolar. Mendonça Filho afirma que essa regulamentação evitará abusos por parte do contribuinte.